

O ambiente de investimentos e os novos normativos foram debatidos pelas entidades fechadas, Previc e especialistas no 2º dia do 7º Seminário “O Desafio da Gestão de Investimentos”, realizado pela Abrapp em São Paulo, nos dias 6 e 7 de novembro. Em sua apresentação, o Diretor Presidente da Petros, Daniel Lima, mostrou uma série de mudanças introduzidas na área de investimentos da entidade nos últimos dois anos que buscou uma blindagem e aperfeiçoamento de sua governança, em conformidade com a nova Resolução CMN 4.661 .

“A Petros está preparada para este novo mundo trazido pela nova resolução, dos requisitos que devemos ter quando introduzimos complexidade em nosso portfólio, da atenção à governança, da necessidade de atrair e reter bons profissionais, de cuidar da integridade, de assumir compromissos públicos e trazer a observância externa”, disse o dirigente. Ele ressaltou a importância de atração de bons talentos para os quadros da entidade e do ambiente de integridade que acaba levando a uma melhor governança dos investimentos.

Em relação à nova resolução, o Gerente Executivo de Gestão de Riscos da Funcesp, Édner Bitencourt Castilho, elogiou os aspectos relativos à governança, riscos e compliance. “Nossa opinião é que a norma é muito boa, apesar de alguns detalhes que devem ser esclarecidos, mas em termos de reforço dos mecanismos de governança, a norma é muito boa e necessária”, comentou em sua apresentação. O Gerente reforçou ainda a diferença entre a estrutura e os mecanismos de governança. “Não adianta ter apenas a estrutura de governança se os mecanismos não funcionarem”, disse.

O Diretor Executivo da Abrapp, Guilherme Leão, também elogiou o aperfeiçoamento da governança que os novos normativos devem trazer ao setor, e que as entidades devem mostrar os avanços relacionados à integridade de sua gestão para seu público. Com o surgimento de planos voltados para familiares de participantes, essa necessidade é ainda mais relevante em virtude da ampliação do público potencial dos novos planos instituídos setoriais. A Abrapp tem atuado no sentido de aprimorar a regulamentação dos novos normativos, tanto no sentido de propor aperfeiçoamentos para a Resolução 4.661, quanto para viabilizar sua implementação pelas associadas ([leia matéria](#) na edição de ontem).

Auto-organização - O Advogado Flávio Martins Rodrigues, Sócio do Escritório Bocáter, Camargo, Costa e Silva Advogados retomou, em sua exposição, a norma da Constituição Federal que rege a Previdência Complementar como um ente de natureza privada. Neste sentido, “as entidades devem se auto-organizar de acordo às necessidades de cada uma. E a Resolução 4.661 considera que cada entidade, de acordo às suas características mais ou menos complexas, deve definir o nível de organização interna”, disse o especialista.

O Diretor Superintendente Substituto da Previc, Fábio Henrique Coelho, seguiu na mesma linha ao afirmar que a direção dos novos normativos e do trabalho de supervisão procura considerar as diferenças de gestão adotada entre as distintas entidades. “A complexidade da carteira das entidades gera estruturas distintas de acompanhamento. A premissa é básica, se você estiver fazendo investimento conservador, mais simples, a gestão desta aplicação certamente será distinta do investimento mais complexo”, disse o Diretor Superintendente. Ele revelou ainda os novos normativos que está em processo de publicação pela autarquia e do Conselho Nacional de Previdência Complementar. “Neste momento, estamos fechando a regulamentação das regras de investimentos. Regras de compartilhamento de risco e procedimentos contábeis idem”, disse Fábio Coelho.

Política de investimentos 2019 - Os consultores de investimentos e riscos marcaram presença no seminário da Abrapp e apresentaram suas recomendações para as políticas de 2019. Guilherme Benites, Sócio da Aditus, disse que concorda com a tese que as entidades devem assumir mais riscos, em função dos patamares mais reduzidos dos prêmios dos títulos públicos. Porém, a alocação em ativos de maior risco deve ser precedida de uma boa análise. “Concordo que existe espaço para aumento de risco, mas esse aumento deve ser feito com cautela”, afirmou o consultor.

Como principais opções, o Sócio da Aditus recomendou o aumento da alocação em renda variável, multimercados e defendeu ainda espaço para fundos com mecanismos de proteção (hedge).

A Consultora Francisca Brasileiro, da TAG Investimentos, recomendou a adoção de melhores práticas de governança que sejam capazes de produzir a redução dos riscos e dos custos. “É necessário melhorar a eficiência para reduzir o custo final”, disse a especialista. Com isso, o retorno dos ativos também será beneficiado. Além disso, indicou um processo de análise de riscos para definir o grau de tolerância às classes mais arriscadas.

Fonte: Acontece Abrapp, em 09.11.2018.